

Graça Rio-Torto (2006), *Estrutura categorial e formação derivacional*.
In: *Revista Portuguesa de Filologia*, in memoriam José Gonçalo Herculano de Carvalho, vol. VVX, tomo I, 2003-2006, p. 393-414.

Estrutura categorial e formação derivacional

1. Entendida no seu sentido mais amplo, a estrutura categorial de uma unidade genolexical pode compreender a sua estrutura semântica, a sua estrutura sintáctica e a sua estrutura morfológica.

A estrutura semântica envolve propriedades lexicais, inerentes, combinatórias, funcionais, contextuais e instrumentais, que relevam de diferentes áreas de enfoque (conceptual, cognitivo, referencial, ontológico, entre outras), caracterizando-se por uma notória complexidade. Talvez devido a esta multidimensionalidade Lieber (1989: 99) considere que a “assinatura categorial” de uma unidade lexical — base ou afixo — se confine à sua estrutura morfológica e sintáctica. Mas assim não tem que ser necessariamente.

A estrutura sintáctica compreende as propriedades sintácticas de categorização e de subcategorização que caracterizam cada unidade, e bem assim as restrições de selecção que bases e/ou afixos impõem à sua combinatória. Foi Morris Halle (1973: 10) quem, em primeira mão, caracterizou nestes termos a estrutura sintáctica das unidades genolexicais.

Por sua vez, a estrutura morfológica de uma base genolexical integra as propriedades/manifestações flexionais que a podem afectar, os tipos e as características dos constituintes que a compõem, e a classe morfológica em que a base se inscreve, em função da sua constituência interna. Ainda que dotadas de identidade própria, a estrutura morfológica, a estrutura sintáctica e até mesmo a estrutura semântica, nas suas dimensões quer gramatical, quer lexical, recortam-se como eminentemente interdependentes, sendo mais adequado, em muitos casos, falar-se de estrutura morfossintáctica, estrutura gramatical, e estrutura semântica, ou estrutura morfo-sintáctico-semântica. No quadro dos teóricos da formação de palavras, Aronoff foi um dos que mais cedo preconizou que, a par com o conhecimento da estrutura sintáctica e da estrutura semântica das unidades lexicais, deveria igualmente ter-se em conta a estrutura morfológica dos constituintes morfo-lexicais, mais propriamente as propriedades morfológicas destes e as condições da sua ocorrência (1976: 71).

Os conceitos de *raíz*, *radical*, *tema*, sempre ocuparam lugar de destaque na reflexão morfológica. Contudo, com as gramáticas formais e com a crescente formalização que o tratamento automático das línguas naturais impõe, eles viriam a adquirir uma importância acrescida (cf. Pereira, neste mesmo volume), que aqui se procurará fundamentar.

2. Pela sua relevância sistémica, a informação acerca da classe sintáctica das bases e

Graça Rio-Torto (2006), *Estrutura categorial e formação derivacional*.
 In: *Revista Portuguesa de Filologia*, in memoriam José Gonçalo Herculano de Carvalho, vol. VVX, tomo I, 2003-2006, p. 393-414.

dos derivados é essencial para a caracterização dos tipos de processos genolexicais duma língua. Com base no conhecimento das classes sintáticas em jogo, podem agrupar-se os processos derivacionais em dois grandes conjuntos — o dos processos isocategoriais, em que base e derivado partilham a mesma classe sintática, e o dos processos heterocategoriais, em que o derivado se inscreve numa classe sintática diferente da da sua base (cf. Rio-Torto, 1998: 88-92).

Se tomarmos em linha de conta as classes sintáticas mais representadas da nossa língua (V[erbo], N[ome], A[djectivo] e Adv[érbio]), podemos caracterizar do modo que o quadro seguinte ilustra os tipos de relações derivacionais do português. Nele o sinal + representa a possibilidade de manifestação de uma relação derivacional.

Q1

Tipos de relações derivacionais da língua portuguesa		
Categoria sintáctica Base → Produto	Relação heterocategorial	Relação isocategorial
1. V → A	+ (adjectivalização deverbal)	
2. V → N	+ (nominalização deverbal)	
3. V → V		+ (verbalização deverbal)
4. N → A	+ (adjectivalização denominal)	
5. N → V	+ (verbalização denominal)	
6. N → N		+ (nominalização denominal)
7. A → N	+ (nominalização deadjectival)	
8. A → V	+ (verbalização deadjectival)	
9. A → A		+ (adjectivalização deadjectival)
10. A → Adv	+ (adverbialização deadjectival)	

A relevância das propriedades sintáticas das unidades lexicais é valorizada por quase todas as reflexões que têm sido produzidas sobre construção lexical, sejam de inspiração mais historicista e tradicional, sejam de inspiração estruturalista ou gerativista e lexicalista. Selkirk (1982) considera que todo o constituinte morfo-lexical deve ser marcado por dois tipos de propriedades: as propriedades sintáticas e as propriedades que denomina de diacríticas. Nas suas palavras, «The diacritic features include those relevant to the particulars of inflectional and derivational morphology» (1982: 7). Mas como a própria autora reconhece (1982: 9), um quadro deste tipo subestima a importância da estrutura morfológica das unidades lexicais.

Ora, em línguas com uma morfologia marcada por assinalável densidade, como é o caso da portuguesa, o conhecimento da estrutura interna das unidades lexicais não pode limitar o seu escopo à categoria sintáctica dos seus constituintes, não prescindindo igualmente do conhecimento circunstanciado da estrutura morfológica destes.

Argumentos de vária ordem sustentam esta tese.

Se bem que basilar para a caracterização intra- e intersignica de cada unidade ou constituinte morfo-lexical, a categorização sintáctica não é suficiente quando se pretende analisar e descrever com rigor a natureza da morfologia interna das palavras, uma vez que

Graça Rio-Torto (2006), *Estrutura categorial e formação derivacional*.
 In: *Revista Portuguesa de Filologia*, in memoriam José Gonçalo Herculano de Carvalho, vol. VVX, tomo I, 2003-2006, p. 393-414.

esta pode ser preenchida por classes morfológicas diversas.

A circunstância de vários sufixos, à cabeça dos quais os avaliativos, poderem seleccionar bases marcadas por diversas categorias sintácticas, assumindo-se assim como operadores policategoriais, mitiga o peso por vezes quase exclusivo que às marcas sintácticas é atribuído no estudo das relações derivacionais.

O quadro que se segue ilustra a possibilidade que um mesmo operador sufixal possui de se combinar com bases marcadas por categorias sintácticas diversas.

Q2

Sufixo	Base: N	Base: A	Base: V
-eir-	trapaceiro		herdeiro
-ent-	birrento		embirrento
-ia		alegria	correria
-ice		patetice	coscuvilhice
-ismo	bombismo, terrorismo	sensacionalismo	facilitismo, reunismo
-ista	contrabandista		chupista
-onh-	medonho, risonho	tristonho	enfadonho
-os-	caloroso, rigoroso	feioso	esquívoso, fungoso
-inh-	mesinha	velhinho	cuspinhar
-it-	janelita	tolito	saltitar
-ilh-	pecadilho		fervilhar

A policategorialidade aqui explicitada, e já amplamente atestada em português (cf. Rio-Torto 1993 e 1997), inviabiliza a "hipótese de base única" preconizada por Aronoff (1976: 47).

Um argumento maior em favor da necessidade de se considerar a categoria morfológica das bases para uma cabal caracterização dos padrões de combinatórias derivacionais do português é o seguinte: quando a base é marcada por um dado traço sintáctico ($[\pm N]$, $[\pm V]$), abrem-se ainda várias possibilidades de selecção e de co-ocorrência, uma vez que o sufixo pode seleccionar um tema (verbal), um radical não autónomo (verbal, nominal ou adjectival), uma estrutura em que um radical coincide formalmente com uma palavra, sendo portanto dotado de autonomia sintáctica, uma palavra terminada em marcador de classe, coincidente ou não com marcador de flexão, e uma estrutura/uma palavra flexionada.

3. O conhecimento dos padrões morfológicos das bases e das suas conexões com os diferentes processos derivacionais duma língua requer a existência de uma reflexão teórica e aplicada sobre as categorias e as classes morfológicas relevantes nessa língua.

Como veremos, não são unívocos os conceitos de *raíz*, *radical*, *tema*, nem tão pouco os de *root* e *stem* usados na literatura anglo-saxónica. Tal como em outras áreas da morfologia, também a da caracterização morfológica das bases lexicais acusa uma significativa ausência de consensos, que não se compadecem com as exigências de etiquetas uniformes e, tanto quanto possível, universais, requeridas pelo

Graça Rio-Torto (2006), *Estrutura categorial e formatação derivacional.*
In: *Revista Portuguesa de Filologia*, in memoriam José Gonçalo Herculano de Carvalho, vol. VVX, tomo I, 2003-2006, p. 393-414.

processamento automático das línguas naturais.

Para termos uma ideia da diversidade das práticas existentes neste domínio, basta referir que Halle (1973) recorre aos conceitos de *root* e de *stem*, sem os dissecar teoricamente. Também Aronoff (1976: 101-102) usa os mesmos conceitos, ainda que esporadicamente. Mas porque assenta numa "word-based morphology", a análise preconizada por Aronoff (1976: 21) interessa-se pelos constituintes morfológicos que perfazem a estrutura interna duma palavra construída, preconizando que uma regra de derivação só é sensível às propriedades morfológicas dos morfemas adjacentes (1976: 50-51). Em trabalho ulterior, Aronoff (1994) esclarece, contudo, que o conceito de *word* usado em 1976 não correspondia ao de palavra concreta, discursivamente instanciada, mas ao de *lexema*.

Por sua vez, Selkirk (1982: 126) abandona a sua primitiva posição de que, para a descrição da morfologia do inglês seriam necessários os conceitos de *word*, *stem* e *root*, defendendo mais recentemente (1982: 51ss) que os dois primeiros são suficientemente operatórios para o efeito.

Jesús Pena (1999) considera que em espanhol a distinção entre palavra e morfema é essencial, uma vez que muitas palavras são polimorfémicas, e que o conhecimento da estrutura global da palavra requer o conhecimento dos constituintes imediatos que a integram. Para além da palavra e do morfema, Pena encara como unidades «también pertinentes en el análisis estructural de la palabra» (1999: 4313) a raíz, o afixo, o tema e a base.

Por *raíz*, entende o «segmento básico y constante en el significante de cualquier palabra que, como resultado de eliminar en tales significantes todos los afijos derivativos e/o flexivos, es irreductible o no susceptible de ulterior análisis o, desde otra perspectiva, la unidad que constituye el punto de partida de cualquier construcción morfológica (1999: 4315).

Segundo Pena, «El tema en el significante de una palabra flexiva es aquel segmento que permanece estable en todas las formas flexivas o, en otras palabras, la unidad que resulta de restar los afijos flexivos. Es, pues, la forma que sirve de base para la flexión de la palabra.» (1999: 4315). E um pouco mais adiante, precisa o autor que «El tema, conforma queda caracterizado, puede considerar-se como la unidad básica en la descripción de la flexión y de la formación de palabras en español pues, como unidad, es el constituyente o elemento constructivo morfológico intermedio entre la raíz e la forma flexiva considerada globalmente» (1999: 4317).

Ainda que considerando que a estrutura interna de uma palavra polimorfémica se organiza em distintos níveis de constituição e de hierarquia interna, e que não coincide com as relações sequenciais dos constituintes, o Autor não avança com uma proposta de configuração da estrutura interna hierarquizada mais típica de uma palavra.

Para Jesús Pena, um outra unidade morfológica é a *base*, que o autor define como

Graça Rio-Torto (2006), *Estrutura categorial e formatação derivacional*.
In: *Revista Portuguesa de Filologia*, in memoriam José Gonçalo Herculano de Carvalho, vol. VVX, tomo I, 2003-2006, p. 393-414.

«aquele constituyente de la palabra, en cualquier nivel de constitución o estructura jerárquica, sobre el que puede operar un proceso morfológico (flexión, derivación, composición, etc.)» (1999: 4318). Como já antes também tínhamos defendido (Rio-Torto, 1993: 184 ss), o conceito de base revela-se de grande alcance operatório, uma vez que pode funcionar como termo superordenante para as demais categorias morfológicas mencionadas.

Por último, Herculano de Carvalho prefere os conceitos de *núcleo* e de *tema* aos de *raíz* e de *radical*, em seu entender marcados pelo uso frequentemente histórico. Fazendo corresponder os conceitos de *núcleo* e de *tema* aos de *root* e de *stem* de Nida (1949), Herculano de Carvalho define núcleo ou monema nuclear como «o monema comum a toda uma série de palavras, que nelas manifesta uma mesma significação básica» (1974: 527) e tema como o «segmento significativo da palavra que é portador da sua significação objectiva total» (1974: 528). Os temas podem ser simples, primitivos ou primários, e derivados ou secundários. Como exemplo dos primeiros o Autor menciona *barc-*, de *barco*, e *viv-*, de *viver*, e dos segundos *barqueir-*, de *barqueiro*, e *aviv-*, de *avivar* (1974: 528-529). Porque assenta em critérios exclusivamente semânticos, esta concepção de tema faz com que se omita da estrutura temática de um verbo a sua vogal temática, o que em termos formais e de constituição morfológica se torna inaceitável. Por isso não adoptaremos aqui esta concepção de tema. Ainda que o constituinte temático não contribua para a significação lexical do verbo, dificilmente nos podemos furtar à concepção mais generalizadamente aceite de tema (cf. Aronoff, 1994: 32), e já há muito consensualizada por Mattoso Câmara (1970: 94), nos seguintes termos, aplicados à estrutura interna do verbo:

Q3

<p>Tema (Radical + VT) + + Morfemas flexionais (Tempo-Aspecto-Modo e Número-Pessoa)</p>

Tal como este esquema ilustra, o tema comporta o Radical e a Vogal Temática. Esta estrutura funciona como base para a adjunção dos morfemas flexionais.

As mais recentes utilizações da categoria de núcleo em gramática gerativa (cf. Varela, 1992: 35-37) fazem com que o recurso ao conceito de núcleo/monema nuclear se torne pouco unívoco, pelo que a ele renunciaremos também.

Um salto qualitativo na análise consiste em considerar estas unidades como manifestações ou como representantes de classes categoriais, de natureza morfológica, que, conjuntamente com as classes sintácticas, perfazem as propriedades configuracionais dos constituintes morfo-lexicais de uma palavra. Como é sabido, as propriedades configuracionais dos constituintes morfo-lexicais estão em estreita relação

Graça Rio-Torto (2006), *Estrutura categorial e formação derivacional*.
 In: *Revista Portuguesa de Filologia*, in memoriam José Gonçalo Herculano de Carvalho, vol. VVX, tomo I, 2003-2006, p. 393-414.

com as propriedades de selecção e de combinatória dos mesmos.

4. A questão primordial a dilucidar é a de saber quais as classes morfológicas do português, e nomeadamente quais as mais relevantes em termos genolexicais.

Operando no quadro da teoria X-Barra, um dos primeiros trabalhos que, de forma orgânica, se debruçou sobre esta problemática é o de Villalva (2000: 3.3.1.). As categorias morfológicas com as quais a A. trabalha são as de radical, tema e palavra.

O Quadro que se segue dá conta da distribuição que esta autora preconiza para as diferentes categorias morfológicas seleccionadas pelos diversos processos morfológicos. O sinal + representa uma possibilidade activada na língua portuguesa; a sua ausência corresponde a uma situação estruturalmente inaceitável.

Q4

Processo Morfológico	Categoria Morfológica da base		
	Tema	Radical	Palavra
Sufixação deverbal	+	+	
Sufixação deadjectival		+	
Sufixação denominal		+	
Derivação adverbial			+
Derivação de z-avaliativos			+
Prefixação			+
Flexão	+		+

Uma das críticas maiores que este quadro descritivo suscita prende-se com a não distinção, que a realidade empírica patente em Q7 e Q8 revela absolutamente imprescindível, entre processos de sufixação isocategoriais e heterocategoriais (cf. Q1). Por não consignar esta distinção, a visão descritiva em referência não dá conta de que alguma da sufixação deverbal, denominal e deadjectival também pode ter por bases palavras (cf. *pularicar*, *pazada*, *chonezice*).

Postula ainda Villalva (2000: 123) que a categoria morfológica das bases com que cada processo de formação de palavras opera é constante, sendo a natureza dessa categoria que permite distinguir os processos de formação de palavras entre si. Esta correlação, formulada nestes termos, vem a revelar-se inexacta, carecendo de uma reformulação.

Não são unânimes as descrições de que dispomos sobre as manifestações que as diferentes categorias morfológicas assumem nas unidades genolexicais do português, nem tão pouco as concepções a cada uma associadas.

Mattoso Câmara preconiza que a distinção entre *radical* e *tema* seja aplicada a nomes e a verbos. O *radical* representa o tema desprovido da sua vogal temática, que não se confunde com a desinência de género. O *tema* define-se como o «radical ampliado por uma vogal determinada, que entra assim na flexão dos nomes e verbos» (1970: 76). Para este autor há nomes de tema em -a, em -o e em -e, e nomes atemáticos (oxítonos

Graça Rio-Torto (2006), *Estrutura categorial e formação derivacional*.
 In: *Revista Portuguesa de Filologia*, in memoriam José Gonçalo Herculano de Carvalho, vol. VVX, tomo I, 2003-2006, p. 393-414.

terminados em vogal). Os nomes terminados, no singular, em consoante (-r, -l, -s/-z) são encarados como tendo, em estrutura profunda, um constituinte temático -e, que emerge no plural.

Comungando de alguns pontos de vista com Mattoso Câmara, Villalva (2000, §4.2.3.1. e 4.2.3.2.) considera que há nomes de tema em -a e em -o, que os nominais terminados em -e, -s/-z, -r e -l configuram Temas Ø, e que são atemáticos os demais (terminados em ditongo oral ou nasal e em vogal que não -a ou -o átonos). Já Pereira (1999: 124), tendo em conta a estrutura prosódica, encarada à luz da Fonologia métrica, considera que representam radicais as estruturas dos nominais não terminados em -a, -o e -e átonos.

Se compararmos as descrições disponíveis para outras línguas ibéricas, constatamos idêntica diversidade de pontos de vista e uma comum não fundamentação morfofonológica das categorizações propostas. Jesús Pena (1999) distingue, na flexão nominal, temas vocálicos (em -a, -o e -e átonos) e temas não vocálicos (temas em consoante -l, -r, -s/-z e temas em vogal tónica). Por sua vez, Lloret (1998) chama a atenção para a necessidade de distinguir marcas flexionais de género, afectadas pelas regras morfológicas (-a e -o em castelhano e -a e -Ø em catalão), de formativos especiais constitutivos de radicais, e que são lexicalmente especificados ([bigot+i], [problem+a], [flor+Ø], em catalão, e [obo+e] ou [man+o], em castelhano).

O quadro que se segue procura dar uma imagem de algumas das descrições propostas para as classes morfológicas da língua portuguesa e castelhana, traçadas em função das diferentes manifestações da fronteira final das bases genolexicais.

Q5

Palavra terminada em	Mattoso Câmara (1970)	A. Villalva (2000)	I. Pereira (1999)	J. Pena (1999)
1. -a [-tónico]	tema em -a	tema em -a	radical+marcador de classe	tema em -a
2. -o [-tónico]	tema em -o	tema em -o	radical+marcador de classe	tema em -o
3. -e [-tónico]	tema em -e	tema Ø	radical+marcador de classe	tema em -e
4. -r, -l, -s, -z	tema em -e omissivo	tema Ø	radical	tema não vocálico
5. vogal/ditongo oral [+tónico]	atemático	atemático	radical	tema em vogal tónica
6. vogal/ditongo nasal		atemático	radical	
7. -i [±tónico], -u [±tónico] e demais palavras graves (não contempladas em 1-4 e 6)		atemático	radical	

Como se observa neste quadro, as divergências afectam todas as classes morfofonológicas, desde as mais representativas (cf. 1 e 2), àquelas em que a base termina em -e [-tónico], em -r, -l, -s, -z (cf. 4), em vogal ou ditongo nasal (cf. 6), em

Graça Rio-Torto (2006), *Estrutura categorial e formação derivacional*. In: *Revista Portuguesa de Filologia*, in memoriam José Gonçalo Herculano de Carvalho, vol. VVX, tomo I, 2003-2006, p. 393-414.

sílaba tónica (cf. 5), ou em casos ainda mais marcados, como os representados em 7.

Tomando como referência os temas e os radicais verbais, utilizaremos *radical* na acepção de constituinte, simples ou derivado, cuja fronteira direita pode ser seguida de constituinte temático, e que se obtém após supressão deste e dos sufixos derivacionais e/ou flexionais. O *tema* é composto pelo radical e pelo constituinte temático.

5. Observemos, em primeiro lugar, o comportamento dos produtos deverbais, construídos heterocategorialmente ou isocategorialmente.

No Quadro 6, bem como no seguinte, os produtos derivacionais são transcritos graficamente, representando-se entre [...] a estrutura categorial das suas bases. Os derivados encontram-se distribuídos em torno de duas variáveis: as relações instanciadas com base nas categorias sintácticas das bases e dos respectivos produtos (à esquerda e à direita da seta, na coluna mais à esquerda); e as categorias morfológicas das bases, representadas nas colunas A, B e C. O * sinaliza as relações estruturais/morfológicas não possíveis e [+Flex] a possibilidade de a base poder evidenciar marcas de flexão. A ausência de qualquer sinal corresponde a uma situação não activada. Para facilitar a visualização, os sufixos flexionais não se apresentam dissociados dos sufixos derivacionais.

Q6

Produtos deverbais			
Classe sintáctica da Base → Produto	A. Base: Tema	B. Base: Rad [-autónomo]	C. Base: Tema + [+Flex]
1.V → A	[recomenda] vel [tenta] dor/a	[aldrab] ão [chup] ista [execut] ivo/a	*
2.V → N	[avalia] ção [rendi] ção [lava] gem [entendi] mento	[aldrab] ice [facilit] ismo [tropeç] ão	*
3.V → V	*	[salt] itar [escrev] inhar [ferv] ilhar [mord] iscar [adoc] icar	[saltar] icar [mexer] icar [beber] icar [cantar] olar [saltar] ilhar

No âmbito da derivação deverbal heterocategorial, duas são as categorias morfológicas de base activadas: a de tema (1A, 2A) e a de radical (1B, 2B), ambas definitivamente caracterizadas como não autónomas. A observação dos dicionários contemporâneos permite constatar que a categoria de tema é a que, na formação de deverbais, está claramente mais representada, sendo a de radical notoriamente periférica. A distribuição na subcategorização da categoria morfológica da base é função da natureza fónica da fronteira inicial do sufixo. Quando os sufixos deverbais que agenciam operações heterocategoriais começam por consoante (-*vel*, -*dor*, -*ção*, -*mento*), a base seleccionada é um tema; quando o sufixo começa por vogal (-*ão*, -*ista*, -*ivo*), a base é um

Graça Rio-Torto (2006), *Estrutura categorial e formação derivacional*.
 In: *Revista Portuguesa de Filologia*, in memoriam José Gonçalo Herculano de Carvalho, vol. VVX, tomo I, 2003-2006, p. 393-414.

radical. O Quadro que se segue esquematiza esta realidade.

Q7

Classe morfológica da base verbal	Fronteira inicial de sufixo: [+vocal.]	Fronteira inicial de sufixo: [-vocal.]
Tema	-	+ <i>-vel, -ção, -mento</i>
Radical	+ <i>ão, -ista, -ivo</i>	-

Os dados que constam de de Q6 revelam também diferenças sensíveis nos esquemas de subcategorização típicos da derivação deverbal isocategorial e da derivação deverbal heterocategorial.

A construção heterocategorial de produtos deverbais não recorre a bases portadoras de marcas flexionais (cf. Q6: 1C e 2 C). A selecção deste tipo de bases está, assim, reservada, à formação isocategorial de deverbais (cf. 3C).

Aquando da formação de verbos derivados isocategorialmente, a configuração de tema não se encontra disponível (cf. 3A). A circunstância de os sufixos verbais isocategoriais começarem por vogal, e o hiato que a adunção destes à vogal temática criaria (*saltaitar, *escreveinhar, *adoçaicar), justificam essa impossibilidade estrutural. Assim, a formação de verbos deverbais recorre a dois esquemas possíveis: aquele em que a base é um radical (3B) e, bem menos comum, aquele em que a base tem a configuração de Infinitivo (3C).

A necessidade de evitar um possível hiato, a que acima foi feita alusão, pode explicar a opção por este último esquema derivacional (3C), verdadeiramente singular no conjunto dos demais padrões derivacionais da língua. A controvérsia existente em relação à natureza da categoria de Infinitivo faz com que a marca [+Flex] que se encontra na coluna 3C não se revele inteiramente consensual e rigorosa, mormente se considerarmos que as bases verbais em referência não se apresentam flexionadas quanto à categoria de tempo-aspecto-modo, ou quanto à de pessoa-número. Por isso, a marca [+Flex] deve ser entendida como representando todos os constituintes que, no verbo, se podem encontrar à direita da vogal temática. À luz deste enquadramento, a derivação avaliativa, representada em 3C, comunga com a derivação z-avaliativa, que forma nomes e adjectivos isocategoriais, a propriedade de seleccionar bases marcadas com o traço [+Flex].

Um outro aspecto singular da formação de verbos deverbais (3B) é o que consiste no facto de a classe temática da base poder ser alterada por efeito da sufixação isocategorial, ainda que o sufixo se acople directamente ao radical, e não a um constituinte temático, na circunstância não activado. Desta realidade se dá conta o quadro que se segue. Nele VT_x representa uma variável da classe temática do verbo.

Graça Rio-Torto (2006), *Estrutura categorial e formação derivacional*.
 In: *Revista Portuguesa de Filologia*, in memoriam José Gonçalo Herculano de Carvalho, vol. VVX, tomo I, 2003-2006, p. 393-414.

Q8

Radical de V com VT _x	Produto verbal com VT -a-
[escrev]er	escrevinhar
[dorm]ir	dormitar
[ferv]er	fervilhar
[mord]er	mordiscar
(ped]ir	pedinchar
[toss]ir	tossicar

A constatação de que, qualquer que seja a classe temática da base verbal, o produto apresenta o constituinte temático -a-, permite concluir que é esta a classe temática presentemente disponível nos verbos deverbais.

Observemos, no quadro que segue (Q9), o comportamento dos produtos denominais e dos deadjectivais, construídos heterocategorialmente e isocategorialmente. As convenções utilizadas são as mesmas usadas em Q6. Entre (...) figuram os constituintes que podem funcionar como facultativos.

Q9

Produtos não-deverbais: denominais e deadjectivais			
Classe sintáctica da Base → Produto	A. Base: Rad [-autónimo]	B. Base: radical [+autónimo]	C. Base: Radical + marcador de classe ou [+Flex]
1'. N → A	[anedot] ico/a [aventur] oso/a [interess] eiro/a [temperament] al [vanguard] ista	[alcool] ico/a [ardil] oso/a [autor] al [czar] ista, [moral] ista [calor] ico/a	*
2'. N → V	[exempl] ificar [frut] ificar [got] ejar	[favor] ecer [rumor] ejar [sabor] ear [valor] izar [hospital] izar	*
3'. N → N	[livr] inho [cest] inho/a [seman] inha [seman] ada [passar] ada [roup] agem [caix] ote [vinh] edo	[jornal] (z) inho [jornal] ada [jornal] ismo [flor] (z) inha [calor] (z) ão [calor] eira [terror] ismo	[livro] zinho [cesto/a] zinho/a [semana] zinha [jornai] zinhos [avô] zinho [avó] zinha [cãe] zinhos [televisõe] zinhas
4'. A → N	[atlantic] idade [despot] ismo [pedant] ice [timid] ez	[igual] dade [aprendiz] agem	*
5'. A → V	[imun] izar [escur] ecer [solid] ificar [verd] ejar [clar] ear	[familiar] izar [consensual] izar	*

**Graça Rio-Torto (2006), *Estrutura categorial e formação derivacional*.
In: *Revista Portuguesa de Filologia*, in memoriam José Gonçalo Herculano de Carvalho, vol. VVX, tomo I, 2003-2006, p. 393-414.**

6'.A → A	[fugid] io/a [sumid] iço/a [gord] ito/a [baix] ote/a	[azul] (z) inho/a	[azui] zinho/as [turvo] zinho [boa] zinha(s)
7'.A → Adv	*		[perdida] mente [boa] mente

Por contraste com Q6, este quadro (Q9) apresenta, como diferenças mais salientes, a ausência de uma coluna com a categoria de Tema, e a presença de uma nova coluna (B), com a categoria de Radical marcado como [+autónomo].

Com efeito, a formação de não-deverbais é incompatível com o recurso a temas não autónomos, como são os que estão predominantemente na base dos produtos deverbais. Este é, pois, um dos principais vectores de complementaridade distribucional entre construção de deverbais e construção de não-deverbais.

Correlatamente, a construção de não-deverbais toma preferencialmente por base radicais e palavras. Na coluna A figuram exemplos de produtos denominais e deadjectivais construídos com base em radicais não autónomos. Esta é, de resto, a classe morfológica mais frequentemente mobilizada para a formação de não-deverbais, sejam produtos heterocategoriais ou isocategoriais (cf. A: 1'-6'). A excepção registada prende-se com a formação de advérbios em *-mente* (cf. A: 7'), já que a estes está vedada a selecção de uma base com a estrutura de radical não autónomo (*belmente, mas *belamente*, *tolmente, mas *tolamente*, *raramente, mas *raramente*). Não é, contudo, a identidade formal dos radicais não autónomos que levanta quaisquer problemas, mas a das outras classes morfológicas, representadas em B e C.

Ao contrário do que acontece com os temas e com os radicais verbais, por definição marcados como não autónomos, os radicais nominais e adjectivais podem ser autónomos, coincidindo então a sua estrutura formal com a de uma palavra. Como se pode depreender da observação do Quadro 5, o problema coloca-se de forma particularmente aguda quando a base termina em -r, -l-, -s e -z, carecendo de uma reflexão de índole morfofonológica que permita determinar fundamentadamente qual a estrutura categorial desses tipos de bases.

Se aceitarmos a premissa de que a maior parte dos produtos que constam de Q9 tem por base um radical terminado em consoante, então os produtos da coluna B podem ser encarados como tendo por base radicais, como também defendem Pereira (1999: 124) e Pensado (1999:4459), e a subcategorização dos radicais em [+autónomos] ganha pertinência acrescida.

Por seu turno, os produtos que figuram na coluna C têm por base um radical seguido de marcador de classe ([livr+o], [seman+a]), ou um radical flexionalmente formatado ([jornai], [cãe], [televisõe]). Segundo Gonçalves Viana (1906: 566), antigamente, o -s de plural ainda permanecia explícito (*botõeszinhos*). Nas suas *Apostilas* os plurais já aparecem grafados *grãozinhos, mãezinhas, pãezinhos, botõeinhos, árvorezinhas*.

Graça Rio-Torto (2006), *Estrutura categorial e formatação derivacional*.
 In: *Revista Portuguesa de Filologia*, in memoriam José Gonçalo Herculano de Carvalho, vol. VVX, tomo I, 2003-2006, p. 393-414.

Em alternativa, as bases que figuram na coluna C e que apresentam, à direita do radical, um marcador de classe, que não é suprimido aquando da adjunção de sufixo z-avaliativo, também poderiam ser encaradas como temas. Mas neste caso as bases flexionalmente marcadas não deveriam figurar neste conjunto genolexical, quebrando-se assim a unidade conseguida. Ao invés, a solução encontrada permite integrar num mesmo paradigma os produtos portadores de z-sufixo, ou de sufixo adverbial, uma vez que as suas bases têm, por fronteira direita, marcadores não derivacionais, sejam de classe temática, ou de flexão. A solução encontrada permite ainda unificar num único paradigma genolexical os produtos de Q6 C e de Q9 C, uma vez que aqueles têm por base um tema seguido de marca flexional, e estes um radical seguido de marcador de classe, ou um radical flexionalmente formatado. A aceitação deste quadro de trabalho requereria uma reflexão mais aturada sobre o estatuto morfossintáctico e semântico dos chamados marcadores de classe. Mas esta desviar-nos-ia do objecto central da presente análise. Em todo o caso, o paralelismo entre índice temático e marcador de classe, já sugerido por Mattoso Câmara, afigura-se aqui particularmente útil, pois permite irmanar estruturas do tipo [radical + índice temático + marca de flexão] e [radical + marcador de classe ou radical flexionalmente formatado]. De momento, importa sublinhar o facto de haver processos que podem operar sobre bases marcadas flexionalmente, e outros a quem é interdita esta possibilidade.

A base apenas pode ser marcada flexionalmente quando estão em causa relações isocategoriais de tipo avaliativo (cf. 3'C, 6'C) ou de adverbialização (cf. 7'C). Neste conjunto se integram também os verbos isocategorialmente construídos, exemplificados no Quadro 6, em 3C. Nos demais casos de derivação, seja heterocategorial ou isocategorial (cf. Q 10), essa possibilidade encontra-se estruturalmente indisponível. O quadro seguinte ilustra esta realidade.

Q10

Derivação sufixal incompatível com bases marcadas flexionalmente	
Sufixo	Produtos aceitáveis vs produtos inaceitáveis
1. -ada	<i>papelada</i> , mas não *papeizada <i>canzoada</i> , mas não *cãezoada (cf. <i>cãezinhos</i>) <i>pincelada</i> , mas não *pinceizada <i>ladroada</i> , mas não *ladrõezada
2. -aria	<i>papelaria</i> , mas não *papeizaria <i>crystalaria</i> , mas não *cristaizaria <i>hotelaria</i> , mas não *hoteizaria <i>saboaria</i> , mas não *sabõezaria <i>falcoaria</i> , mas não *falcõezaria
3. -al	<i>meloyal</i> , mas não *melõezal <i>algodoal</i> , mas não *algodõezal
4. -eir-	<i>leitãozeiro</i> , ? <i>leitoneiro</i> , mas não *leitõezeiro <i>rojãozeiro</i> , mas não *rojõezeiro <i>caçãozeiro</i> , mas não *caçõezeiro <i>eleiçãozeiro</i> , mas não *eleiçõezeiro

Graça Rio-Torto (2006), *Estrutura categorial e formação derivacional*.
 In: *Revista Portuguesa de Filologia*, in memoriam José Gonçalo Herculano de Carvalho, vol. VVX, tomo I, 2003-2006, p. 393-414.

5. -ice	<i>jornalice</i> , mas não *jornaizice <i>espanholice</i> , mas não *espanhoizice <i>camaleonice</i> , mas não *camaleõeizice <i>bacharelice</i> , mas não *bachareizice
6. -ismo	<i>jornalismo</i> , mas não *jornaizismo <i>alcoolismo</i> , mas não *alcooizismo <i>garrafãozismo</i> , mas não *garrafõeizismo
7. -ite	<i>jornalite</i> , mas não *jornaizite <i>campeonite</i> , mas não *campeõeizite <i>vulcanite</i> , mas não *vulcõeizite

Casos atípicos e periféricos, do tipo ?*segreizice*, ?*segreizismo*, de *segréis*, não invalidarão, por certo, as regularidades acima estabelecidas. Em todo o caso, algumas das incompatibilidades assinaladas, nomeadamente as que se prendem com a formação de nomes de quantidade e/ou de local de grande quantidade e com a formação de essivos, explicam-se pela inaceitabilidade, nuns casos convencional, noutros estrutural, de bases marcadas pela pluralidade.

Em princípio, nada objectaria a que na base de um nome de quantidade, que denota "grande quantidade de papéis, cães, ladrões" (cf. Q10.1.), estivesse uma forma de base marcada pelo traço plural. Mas o funcionamento morfolexical da língua não se pauta por este padrão ontológico. O mesmo se aplica a nomes que denotam "actividade (e/ou local de actividade) relacionada com papéis, cristais, falcões" (cf. Q10.2.), a nomes que denotam "local onde existe/se cultiva grande quantidade de melões ou variadas espécies de algodão" (cf. Q10.3.), a predicadores que se aplicam a quem "gosta particularmente de rojões, ou é particularmente afecto a eleições" (cf. Q10.4.), a quem manifesta uma "atitude típica de espanhóis, bacharéis, camaleões" (cf. Q10.5.), a quem "exerce uma actividade sistemática relacionada com jornais" (cf. Q10.6.), a quem "tem doença, mania ou vício relacionado com jornais, campeões, vulcões" (cf. Q10.7.). Em todos estes casos, a base apresenta-se no singular, sendo largamente incompatível com qualquer manifestação morfológica de pluralidade. Como sabemos (cf. Q9, 3', 6', 7'), esta possibilidade só não está vedada aos paradigmas avaliativo e adverbializador.

6. Em síntese, são dos seguintes tipos as estruturas morfológicas de base activadas pela derivação sufixal: (i) temas verbais (sufixação deverbal); (ii) radicais verbais, nominais e adjectivais (sufixação deverbal, denominal e deadjectival), autónomos ou não; (iii) radical seguido de índice temático e marca flexional (verbalização deverbal), (iv) radical seguido de marcador de classe (nomes e adjectivos isocategoriais sufixados z-avaliativamente e advérbios em *-mente*), e (v) radical flexionalmente formatado, incorporando portanto marcas flexionais (nomes e adjectivos isocategoriais portadores de sufixo z-avaliativo). O Quadro 12 esquematiza estas modalidades categoriais.

A classe categorial mais representada é a de radical (cf. Q9), até porque o tema apenas é activado na formação de produtos deverbais (cf. Q6 A). O predomínio dos radicais, e em

Graça Rio-Torto (2006), *Estrutura categorial e formatação derivacional*.
 In: *Revista Portuguesa de Filologia*, in memoriam José Gonçalo Herculano de Carvalho, vol. VVX, tomo I, 2003-2006, p. 393-414.

particular dos marcados como não autónomos, é notório quando estão em causa processos heterocategoriais, geradores de adjetivos e verbos denominais (cf. Q9: 1'B e 2'B), de nomes e verbos deadjectivais (cf. Q9: 4'B e 5'B) e, em último lugar, de adjetivos e nomes deverbais (cf. Q6: 1B e 2B), mas também quando estão em jogo processos isocategoriais (cf. Q6: 3B, Q9: 3'A, 6'A). A derivação isocategorial, e não necessariamente avaliativa (cf. Q9: 3'A e 5'A), comunga com a derivação heterocategorial a propriedade de subcategorizar radicais não autónomos. O predomínio da classe dos radicais sobre a dos temas tem certamente a ver com o facto de a maior parte dos sufixos, heterocategoriais ou isocategoriais, começar por vogal. A distribuição complementar que, no âmbito da derivação deverbal, o Quadro 7 visualiza, é, a este título, maximamente ilustrativa. A observação de Q11, que comporta sufixos de apenas três paradigmas heterocategoriais, dá uma imagem do grande número de operadores sufixais iniciados por vogal, que em princípio subcategorizam radicais. A estes poder-se-iam acrescentar todos os avaliativos, também maioritariamente iniciados por vogal.

Q11

Produtos heterocategoriais	Operadores sufixais
Verbos denominais ou deadjectivais	<i>-e-, -ec-, -ej-, -esc-, -ifíc-, -iz-</i>
Adjectivos denominais	<i>-ach-, -ad-, -al, -an-, -ão-, -ar-, -ári-, -at-, -eir-, -ej-, -eng-, -enh-, -en-, -ense-, -ent-, -e-, -ês-, -esc-, -estre-, -eta-, -eu-, -íci-, -ic-, -iç-, -il-, -in-, -isc-, -ista-, -ita-, -óide-, -ol-, -onh-, -orr-, -os-, -ot-, -ud-</i>
Nomes de predicativos	<i>-ado-, -aria-, -ato-, -eir-, -eza-, -ia-, -ice-, -ismo-, -ume-, -ura</i>

O tema verbal encontra-se apenas disponível para a formação de produtos heterocategoriais (Q6: 1A e 2A), não estando portanto ao serviço de relações isocategoriais (Q6: 3A). Porque a adjunção de *-z-* se reserva exclusivamente para os não verbos, não é possível que, à semelhança do que acontece com os demais produtos isocategoriais, os sufixos *-ic-*, *-ilh-*, *-inh-*, *-isc-*, *-it-*, presentes em verbos deverbais, sejam precedidos de *-z-*, agregando-se assim directamente ao radical ou ao infinitivo, e não ao tema verbal.

A propósito da (não)ocorrência de *-z-*, importa registar que são diversas, revestindo-se de alguma complexidade, as variáveis que presidem à adjunção, seja obrigatória, seja opcional, seja dispensável, de *-z-*. Porque não sofreu alterações substanciais a reflexão que sobre esta matéria recentemente produzi, permito-me remeter o leitor para o artigo *Configurações sufixais e z-sufixais em português*, onde se traçam as condições de facultatividade e de impositividade da adjunção de *-z-*, em paradigmas isocategoriais e heterocategoriais.

A diferença que separa os produtos deverbais dos não deverbais consiste no facto de apenas nos primeiros a base poder ser um radical ou um tema; nos segundos, apenas os radicais estão disponíveis.

A análise aqui empreendida permite delinear uma visão mais depurada da distribuição categorial das bases genolexicais, centrada na categoria de radical, a que se podem

Graça Rio-Torto (2006), *Estrutura categorial e formatação derivacional*.
 In: *Revista Portuguesa de Filologia*, in memoriam José Gonçalo Herculano de Carvalho, vol. VVX, tomo I, 2003-2006, p. 393-414.

associar variáveis diversas, em função das propriedades de selecção dos operadores sufixais. O quadro que se segue visualiza essa distribuição.

Q12

Estrutura categorial da base contendo radical		Modalidades derivacionais
1. Radical ([±autónimo])	1.1. radical verbal ([-autónimo])	sufixação deverbal
	1.2. radical nominal ([±autónimo])	sufixação denominal
	1.3. radical adjectival ([±autónimo])	sufixação deadjectival
2. Radical + VT	2. radical verbal + VT = tema verbal	sufixação deverbal
3. Radical + x	3.1. radical verbal + VT + marca flexional	verbalização deverbal
	3.2. radical + marcador de classe nominal ou adjectival	. formação de (i) nomes e de adjectivos isocategoriais sufixados z-avaliativamente e de (ii) advérbios em <i>-mente</i>
4. Radical[+flex]	4. radical nominal ou adjectival, com marcas flexionais incorporadas	formação de nomes e de adjectivos isocategoriais portadores de sufixo z-avaliativo

A centralidade assim conferida à categoria de radical permite introduzir maior coesão no sistema de combinatórias derivacionais, ao mesmo tempo que contorna o problema da natureza categorial das bases de produtos z-avaliativos do tipo *boazinha*, *jornalinhos* e *televisõezinhas* (cf. Q9: 3' e 6'), até agora tratados como tendo por base palavras (Villalva, 2000), ou palavras (susceptíveis de serem) portadoras de marcas flexionais (Rio-Torto, 2000). Não dispondo de uma reflexão teórica circunstanciada sobre as propriedades categoriais da classe representada em Q4 como "palavra", não é possível caracterizar cabalmente o estatuto funcional, o modo de actuação e o lugar que a -z-avaliação ocupa no quadro geral da produção lexical. Em todo o caso, nada parece legitimar que se trate ao mesmo nível categorial o marcador terminal da base de *alunazinha* e o da base de *jornalinhos*. Estando perante o mesmo tipo de processo derivacional, a estrutura categorial das bases parece ser sensivelmente diferente.

Se integrarmos numa só classe, de índices ou de constituintes temáticos, a vogal temática dos verbos (cf. Q12: 2 e 3.1.) e os marcadores de classe dos nominais (cf. Q12: 3.2.), podemos sintetizar ainda mais o quadro traçado, de tal modo que, quando não autónomo, ao radical podem ou não estar associados índices temáticos e/ou marcas flexionais. O esquema seguinte, em que CT equivale a constituinte temático, Flex a manifestação flexional e (...) representa facultatividade, visualiza estas possibilidades.

Q13

Estrutura interna de constituintes de um produto derivacional

Graça Rio-Torto (2006), *Estrutura categorial e formação derivacional*.
In: *Revista Portuguesa de Filologia*, in memoriam José Gonçalo Herculano de Carvalho, vol. VVX, tomo I, 2003-2006, p. 393-414.

1. Radical [+autónomo] + sufixo
2. Radical [-autónomo] + ((CT) e/ou (Flex)) + sufixo

Em 1, ao radical autónomo acopla-se directamente o operador sufixal (cf. Q9: B). Em 2, várias possibilidades se desenham: ao radical não autónomo acopla-se directamente o sufixo (cf. Q6: B 1 e 2; Q9: A), dispensando-se qualquer outro tipo de constituinte (cf. ((CT) + (Flex))); o sufixo pode seleccionar o radical seguido de constituinte temático, verbalizador (Q6: A; Q12: 2) ou não verbalizador (Q9: C, 3'; Q12: 3.2.), dispensando-se assim qualquer traço flexional (cf. ((Flex))); o sufixo pode seleccionar o tema (radical + constituinte temático) seguido de marca flexional (Q6: C3; Q12: 3.1.), sendo esta a circunstância em que nenhum dos constituintes acima explicitados (Q12: 2) se revela dispensável; por último, o sufixo pode seleccionar como base um radical no qual estão inscritas marcas flexionais (Q9: C; Q12 : 4); neste caso seria ((CT)) a variável dispensada.

Esta formulação, algoritmicamente adaptada, permitirá por certo uma significativa economia e uma operacionalidade acrescida no tratamento automático da formação dos processos e dos produtos derivacionais do português.

Por último, a dispersão que se verifica na subcategorização morfológica das bases obriga a modular a tese de que cada processo derivacional se caracteriza e define por um processo específico de selecção categorial. A observação dos produtos deverbais do português, construídos com base em estruturas tipologicamente diversas (temas, radicais, tema+morfema de infinitivo) ou dos produtos avaliativos, que têm por base radicais, autónomos ou não, radicais flexionados (sendo então obrigatória a adjunção de -z-), e radicais seguidos de constituinte temático, derroga liminarmente tal hipótese.

Bibliografia

Aronoff, Mark (1994), *Morphology by itself. Stems and inflectional classes*, Cambridge, Massachusetts, The MIT Press.

Câmara Jr, Joaquim Mattoso (1976), *Estrutura da língua portuguesa*, Petrópolis, Vozes, 7ª ed.

Halle, Morris (1973), "Prolegomena to a theory of word-formation", *Linguistic Inquiry* 4, nº 1, 3-16.

Carvalho, José G. Herculano de (1983 e 1984), *Teoria da linguagem. Natureza do fenómeno linguístico e análise das línguas.*, Tomo I (6ª ed.) e Tomo II (4ª reimpressão), Coimbra, Coimbra Editora.

Lieber, Rochelle (1981), *On the organization of the lexicon*, Bloomington, Indiana University Linguistics Club.

Lieber, Rochelle (1989), "On percolation", in G. Boijj e J. van Marle (ed), *Yearbook of Morphology*, 2, Dordrecht, Foris, 95-138.

Lieber, Rochelle (1992), *Deconstructing morphology*, Chicago, University of Chicago Press.

Lloret, Maria-Rosa (1998), "Sobre l'estructura morfològica dels noms en català e en castellà", in Giovanni Ruffino (ed.), *Atti del XXI Congresso Internazionale di Linguistica e Filologia Romanza*, vol. 3

Graça Rio-Torto (2006), *Estrutura categorial e formação derivacional*. In: *Revista Portuguesa de Filologia*, in memoriam José Gonçalo Herculano de Carvalho, vol. VVX, tomo I, 2003-2006, p. 393-414.

(*Morfologia e sintassi delle lingue romanze*), Tübingen, Niemeyer, 557-566.

Nida, Eugene Albert (1949), *Morphology: the descriptive analysis of words*, 2nd edition, Ann Arbor, Michigan, University of Michigan Press.

Pena, Jesús (1999), "Partes de la morfología. Las unidades del análisis morfológico", in Ignacio Bosque e Violeta Demonte (ed.), *Gramática descriptiva de la lengua española*, Madrid, Espasa, vol. 3, 4305-4366.

Pensado, Carmen (1999), "Morfología y fonología. Fenómenos morfofonológicos", in Ignacio Bosque e Violeta Demonte (ed.), *Gramática descriptiva de la lengua española*, Madrid, Espasa., vol. 3, 4423-4504.

Pereira, Isabel (1999), *O acento de palavra em português. Uma análise métrica*, Coimbra, Dissertação de Doutoramento (inédita).

Pereira, Isabel (em publicação), *Raís, radical, tema e palavra - percursos conceptuais*, in *Biblos, volume de homenagem a Herculano de Carvalho*.

Rio-Torto, Graça (1993), *Formação de palavras em português. Aspectos da construção de avaliativos*, Coimbra, Dissertação de Doutoramento (inédita).

Rio-Torto, Graça (1997), *Construção e interpretação: o exemplo dos nomes heterocategoriais.*, in *Sentido que a vida faz. Estudos para Óscar Lopes*, Porto, Campo das Letras, 815-834.

Rio-Torto, Graça (1998), *Morfologia derivacional. Teoria e aplicação ao português*, Porto, Porto Editora.

Rio-Torto, Graça (1999), "Configurações sufixais e z-sufixais em português", *Revista Portuguesa de Filologia* XXIII, p. 151-182

Rio-Torto, Graça (2000), *Classes morfológicas e tipologia derivacional*. Comunicação apresentada ao Congresso Internacional de Linguística "Léxico & Gramática". Lugo, 25-28 de Setembro de 2000. Em publicação in *Verba. Anuario Galego de Filoloxía*.

Selkirk, Elisabeth (1982), *The syntax of words*. Cambridge, Massachusetts, The MIT Press.

Vasconcelos, Carolina Michaëlis de (1914), *Lições de Filologia portuguesa*, Lisboa, Dinalivro.

Varela, Soledad (1992), *Fundamentos de Morfología*, Madrid, Editorial Síntesis.

Viana, Aniceto dos Reis Gonçalves (1906), *Apostilas aos Dicionários portugueses*, tomo II. Lisboa, Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira & C^a.

Villalva, Alina (2000), *Estruturas morfológicas. Unidades e hierarquias nas palavras do português*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e Tecnologia.